



:: Boletim Empresas Públicas nº 06/2016 - 29 de julho de 2016 ::

### Sindicatos unidos na Campanha Salarial



Em reunião, na última terça-feira, 26 de julho, dirigentes de vários sindicatos dos 14 que tem base na agricultura, decidiram por atuar conjuntamente na Campanha Salarial 2016/17, com foco exclusivo na reposição do INPC (9,83%). Logo após a reunião, buscou-se contato com os demais sindicatos que estiveram impossibilitados de participar e todos concordaram em atuar conjuntamente com este foco.

A principal decisão tomada pelos presentes é a realização de assembleia conjunta e concentrada, das bases de todos os sindicatos, no dia 16 de agosto em Florianópolis.



No início da tarde, os dirigentes aguardaram na porta da Secretaria da Agricultura a chegada do secretário Sopelsa, que informou não ter havido nenhum avanço até o momento na proposta do governo para o ACT. Sopelsa foi taxativo ao dizer que o secretário Gavazzoni não aceita mudar a proposta de zero de reajuste.

Diante disso, foi preparado ofício solicitando audiência com o secretário da casa civil, Nelson Serpa que, segundo Sopelsa, é quem tem poderes para avançar na proposta. O ofício foi assinado por todos os 14 sindicatos e já foi protocolado.

### Campanha com outdoors

A campanha com instalação de outdoors, realizada pelo Seagro, Senge e Simvet, em pontos estratégicos, como ao lado do portão da Epagri e na rodovia que dá acesso ao Centro Administrativo do governo, denunciando e mostrando indignação com a proposta de reajuste zero teve continuidade até o último domingo (24/07).



A partir da próxima semana a instalação de outdoors continua, agora com a participação dos 14 sindicatos com base na Epagri e Cidasc.

## Veiculação de spots na CBN

A partir do dia 1º de agosto, segunda-feira, por decisão tirada entre Seagro, Senge e Simvet, ainda antes do acordo firmado entre os 14 sindicatos, será veiculado na rádio CBN, em Florianópolis, spot de rádio denunciando o descaso do governo para com os profissionais da pesquisa, extensão e defesa sanitária animal e vegetal da Epagri e Cidasc. Por experiência no passado, este tipo de ação sempre causa boa repercussão nos meios políticos.

## O Dissídio Judicial como alternativa para solução do impasse

Muito se tem falado sobre a possibilidade de buscarmos a solução para o impasse na Campanha Salarial deste ano via dissídio. Como já foi ressaltado no último boletim de campanha, são duas as possibilidades para que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgue nosso dissídio:

- 1 - caso ocorra o "comum acordo", em que o governo concorde oficialmente que o TRT julgue o dissídio. Esta alternativa está descartada, pois o secretário Spies já informou oficialmente que o governo não concederá o comum acordo;
- 2 - caso ocorra greve.

Assim, caso as negociações malogrem, se quisermos optar pelo dissídio, somente se ocorrer greve dentro dos trâmites legais previstos em lei, com assembleia aprovando-a e com o aviso oficial encaminhado às empresas nos prazos previstos, é que o TRT admitirá julgá-lo. Isso porque a greve mostra claramente que não existe mais possibilidade de se avançar nas negociações e nesses casos o TRT entende que deve intervir para solucionar a questão. A greve, é importante ressaltar, não necessariamente deve ser por tempo indeterminado, existem outras possibilidades de paralisações programadas que gerariam o mesmo efeito.

Diante disso, o entendimento da diretoria executiva é de que, caso as possibilidades de negociações em mesa se esgotem e não tenhamos outro recurso que não a greve, esta deva ser realizada não com objetivo apenas de se obter o julgamento do dissídio, mas sim como forma de mostrarmos claramente nossa indignação com a proposta apresentada pelo governo, de zero de reposição. Importante ressaltar que a eventual perda do reajuste do índice de inflação este ano significa perda definitiva, como mostra a história das negociações coletivas que já tivemos. Assim, antes de tudo, a greve deverá ter o claro objetivo de buscar uma mudança de postura do governo no sentido de apresentar uma proposta aceitável para o ACT, que para nós é nada menos que a reposição do INPC de 9,83%. Caso, mesmo com uma mobilização de greve, não ocorra nenhuma mudança de postura por parte do governo, então teremos as condições necessárias para que o dissídio seja julgado pelo TRT. É também importante ressaltar que o julgamento do dissídio não garante a reposição do INPC, pois depende do entendimento e da sentença final do TRT, embora as chances sejam de que teremos julgamento favorável. No caso específico de usarmos o expediente de greve, é importante termos todos os sindicatos com base nas empresas Cidasc e Epagri unidos, o que exerceria muito maior poder de pressão.

***É fundamental que todos se mantenham alertas, defendendo firmemente a posição de que não se aceitará assinar ACT sem que haja a reposição integral do INPC.***

**UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!**



**SEAGRO-SC - Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina**

Rua Adolfo Melo, 35 - sala 1002 - Ed. Via Veneto - Centro - 88.015-090 - Florianópolis/SC  
(48) 3224-5681 - www.seagro-sc.org.br - seagro@seagro-sc.org.br

**Valorize nossa profissão**  
Faça a sua ART junto ao CREA-SC  
Indique o SEAGRO-SC Código Nº 21